

PROCESSO NA SAÚDE

Bernardino tem 47 dias de prazo

Vanessa Cordeiro

A contagem regressiva começou para o secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino. Contando com hoje, restam 46 dias para que ele apresente a defesa de sua Secretaria ao processo do ministério da Saúde que pede o fim da autonomia do governo local na gestão dos recursos repassados pela União destinados à compra de remédios, procedimentos médicos e compra de material. O valor desse repasse é de R\$ 15 milhões ao mês.

De acordo com o ministério da Saúde, o que motivou a iniciativa foram os primeiros resultados de uma auditoria iniciada em janeiro para apurar supostas irregularidades. Mas o estopim foi o resultado de uma análise orçamentária e financeira do Plano de Saúde do DF para 2003. Apesar da escassez de medicamentos em algumas áreas, o Grupo Tarefa do governo federal descobriu que R\$ 34,5 milhões repassados pela União estavam aplicados em fundos DI do Banco do Brasil. Bernardino explicou que esse dinheiro tem destinação carimbada, não podendo ser usado na compra de medicamentos de alto custo, por exemplo.

"Vamos provar na nossa defesa que as dificuldades apontadas estão sendo e vão ser superadas", garante o secretário de Saúde. Ele acredita que as auditorias do Ministério da Saúde foram motivadas pelas decisões judiciais que obrigavam a rede pública do DF a conceder, naquele mesmo dia, medicamentos que estavam em falta na farmácia de alto custo.

Novato responde por antecessores

O relatório do ministério da Saúde entregue ao secretário de Saúde do Distrito Federal, Arnaldo Bernardino, afirma que "os motivos que levaram o ministério a desflagrar esse processo são as inúmeras distorções, irregularidades, denúncias comprovadas e o não saneamento dessas questões ao longo dos últimos três anos".

Apesar de estar no cargo há apenas dois meses, Bernardino terá de responder por todos os outros três secretários que ocuparam o cargo antes dele. Um deles, o ex-deputado federal Jofran Frejat (PPB), era constantemente alvo de críticas, durante os últimos dois anos, período no qual Bernardino ocupava a vice-presidência do Sindimédicos.

De acordo com o secretário de Comunicação, Paulo Fona, a rede pública do DF atende a cinco milhões de pacientes por ano, "três milhões vindo de outros estados". A média de consultas em ambulatórios e na emergência é de 16 mil pessoas por dia. "É impossível admitir que um sistema público de saúde que apresenta esses números seja considerado falido".

Se for consumada a desabilitação da gestão plena, o GDF, apesar de continuar a receber os repasses do Sistema Único de Saúde (SUS), deixará de ter autonomia para gerenciar os recursos, se tornando prestador de serviços.